

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI N.º 619/2007

Regulamenta o art. 60, inciso II., alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. ... Os planos de cargos e carreira estaduais e municipais deverão estabelecer níveis progressivos de elevação acima do piso considerando a ampliação da carga horária para 30 e 40 horas semanais, titulação, tempo de serviço, além dos acréscimos referentes ao exercício da função do docente.”

“ Parágrafo único. À titulação de nível superior corresponderá, para os mesmas cargas horárias, uma elevação mínima de 100% sobre o piso referido no *artigo 1º*, para a posição inicial da carreira.”

JUSTIFICATIVA

Acreditamos, ainda que o estabelecimento de um piso diferenciado por quanta da habilitação estimulará, efetivamente, a formação universitária dos nossos profissionais do magistério público que ainda hoje, não conseguiram conquistar a formação universitária.

O piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica é um mecanismo eficaz de valorização do professor no contexto da diversidade federativa, como também, da qualificação do ensino público.

Sala das Comissões,

em de de 2007.

PAULO RUBEM SANTIAGO

Deputado Federal PT/PE